

## **MULHERES E LEITURA: A INTERAÇÃO COM A INFORMAÇÃO**

**ESPÍRITO SANTO, PATRÍCIA\***  
**patriciaesanto@uai.com.br**  
**DUMONT, LÍGIA M.M.\*\***  
**dumont@eci.ufmg.br**

Destaca até que ponto a busca pela informação através da leitura de livros e jornais contribui para o empoderamento feminino. Inicia a análise na era do Iluminismo, quando se acreditava que o livro reformaria a sociedade, transformaria hábitos e costumes a favor dos detentores do poder. As mulheres foram incentivadas a ler, mas condenadas a não escrever. No século XIX, foram-lhes dedicados os romances atrelados à “futilidade”, seguindo a expectativa que se tinha em relação a elas. O progresso industrial do século XX expandiu o mercado editorial, aumentando a circulação de jornais e folhetins que conquistaram o público feminino e auxiliaram a sua socialização. Hoje registra-se um grande número de escritoras e jornalistas, porém a leitora comum participa timidamente do processo de produção da informação jornalística. Constatou-se que ela prefere o “silêncio” a tornar públicas suas idéias. A pesquisa foi desenvolvida através de entrevistas com leitoras do jornal Estado de Minas e demonstra como conclusão essa realidade.

**Palavras-chave:** leitura feminina; informação jornalística; jornal Estado de Minas; leitores-cartas.

---

\* Jornalista, mestranda em Ciência da Informação na Escola de Ciência da informação da Universidade Federal de Minas Gerais/ PPGCI-UFMG

\*\* Pós-doutora pela École des Hautes Études em Sciences Sociales, Paris; professora associada e diretora da Escola de Ciência da Informação da UFMG

Na tentativa de reformar a sociedade, a era do Iluminismo no mundo ocidental, estimulou os progressos na direção da alfabetização, criando um número novo de leitores, nos quais as mulheres foram incluídas. Elas que, até então, estavam relegadas em sua maioria ao plano de ouvintes das leituras dos homens e do clero, ganharam permissão para ler, mas apenas os textos passados pelo crivo de seus senhores. A ideologia das luzes esperava que o livro fosse capaz de reformar a sociedade e transformar os hábitos e costumes.

Altos níveis de alfabetização eram encontrados nas grandes cidades européias. E havia uma peculiaridade: não era grande a diferença entre o número de leitores e o de leitoras no final da década de 1890, na parte mais alta da escala social e entre os casais cujas mulheres auxiliavam os maridos na contabilidade de seus ofícios, como nos relata Lyons (2002). Segundo a autora, muitas mulheres sabiam ler, mas não eram capazes de assinar o próprio nome. Com isso, a educação das meninas européias estava atrasada em relação à dos meninos, a quem era estimulada a prática da escrita.

No Brasil, os índices de alfabetização feminina coletados pelo Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio, no período compreendido entre 1880 a 1920, indicavam uma baixa escolaridade: apenas 20% das mulheres eram alfabetizadas, contra 29% dos homens, conforme relata Heller (2002). Entretanto, ainda é necessário destacar o que foi considerado alfabetizado, pois segundo observação de Chartier (1991), no caso da população francesa dos séculos XVI a XVIII, estava incluído nessa categoria qualquer um que fosse capaz de assinar documentos.

Por outro lado, a literatura contribuiu também para endossar e difundir o discurso sobre atributos considerados naturalmente femininos, que excluía, inclusive, a criação literária, um dom tido como essencialmente masculino. A Igreja Católica dos séculos XVII e XVIII, por exemplo, incentivava-as a ler, mas condenava-as a não escrever, acreditando assim impedi-las de se expressarem livremente. Afinal, o papel que lhes cabia na sociedade era de mantenedoras da moral e dos bons costumes e não de criadoras e difusoras de novas idéias.

Diversos estudiosos, entre eles Gomes (2002), Dumont (1998) e Hollanda (1992), afirmam que havia entre as mulheres uma consciência, em maior ou menor grau, de que a participação nos círculos letrados era condição essencial para aquela que desejasse participar da vida pública. Habermas (1984) ressalta que o surgimento da esfera pública burguesa estava intimamente ligado à literatura, visto que essa esfera

definiu-se inicialmente como um grupo de pessoas que liam. No século XIX espaços culturais e de leitura se tornaram públicos, levando a cultura a assumir sua forma de mercadoria.

Aos poucos os leitores tomaram consciência do poder do conhecimento e da discussão pública de determinados assuntos como sendo uma “arma” em favor de interesses particulares. A esfera pública literária adquire, então, um caráter político e passa a discutir que tipo de assunto seria de interesse público manter em pauta.

Gomes (2002) chama a atenção para o fato de que, durante o século XIX, a esfera pública presta-se à construção de vínculos ou de uma autoconsciência grupal entre seus membros.

A atuação literária poderia servir, por exemplo, a uma reflexão sobre os temas e estéticas mais atraentes para as mulheres, depois sobre o que propriamente significa ser mulher para, a partir daí, passar a atividades de reivindicação ou a uma organização especificamente política. (GOMES, 2002, p.37)

Moraes (2003), em levantamento sobre a escalada da mulher brasileira para a conquista da cidadania, comenta que no final do século XIX a educação da mulher se justificava “para que a filha fosse obediente, a esposa fiel, a mulher exemplar, cumpre desenvolver a sua inteligência para instrução e formar o espírito na educação” (p.498). Com este mesmo objetivo converteu-se o magistério numa extensão da tarefa doméstica e maternal. Apesar disso, o resultado da escolarização feminina foi bem além. De certa forma, abriu-se para as mulheres novas oportunidades de se prepararem para o mercado de trabalho, inaugurando-lhes o acesso à profissionalização. Abriu-lhes também o campo de conhecimento de novas e diferentes realidades, inclusive a sua, até então vista apenas pelo ângulo privado e particular. Deu-lhes oportunidade para perceberem a dominação a que se submetiam e enxergarem formas individuais e coletivas de rompê-la.

Assim, melhor instruídas que suas antecessoras, as mulheres do século XIX, tinham acesso mais fácil à leitura, sendo que a maior diferença entre a leitura masculina e a feminina ficava a cargo do conteúdo. A elas eram dedicados os romances da vida interior, uma leitura que objetivava o divertimento; aos homens, as notícias sobre eventos públicos, uma leitura que objetivava a informação e o estudo.

O enorme progresso industrial da época levou a expansão do mercado editorial, resultando na fundação e circulação crescente de jornais, revistas literárias, folhetins,

edições populares, dentre outras que conquistou novas camadas de leitores, principalmente entre o público feminino (COELHO, 2002).

## **SOCIALIZAÇÃO E INTROSPECÇÃO**

Além de descortinar o mundo das letras para as mulheres, as “histórias de amor”, auxiliavam a socialização feminina. Em reuniões, enquanto os maridos discutiam os assuntos do dia publicados nos jornais, elas teciam considerações sobre as mocinhas e seus heróis dos enredos publicados, na maioria das vezes, sobre a forma de fascículos nos mesmos jornais.

Outra diferença diz respeito à forma como a leitura era feita. Os homens tinham a opção de ler em voz alta, para todo o grupo, enquanto as mulheres o faziam preferencialmente em silêncio e individualmente; quando o faziam em voz alta, normalmente era para os outros membros da família, principalmente seus filhos, sendo sempre tuteladas pelos homens da casa. A leitura em família reforçava também a intimidade entre seus membros.

Por outro lado, a leitura silenciosa possibilitou a constituição de uma intimidade individual e intelectual. Para Chartier (1991, p.119), “a conquista da leitura solitária possibilitou as novas devoções que modificaram radicalmente as relações do homem com a divindade” e também novos modos de relação com os outros e os poderes. Além do mais, a relação pessoal com o texto dificultava os controles do grupo.

A prática da leitura silenciosa feminina não era vista com bons olhos pelos senhores. Ao remeter a mulher a si mesma, a seus próprios pensamentos e emoções, acreditava-se que ela podia exaltar a imaginação e excitar as paixões mundanas provocando uma desrealização da leitora, que acabaria preferindo o mundo da fantasia ao real.

Os prejuízos poderiam ser não apenas de ordem moral, como também fisiológica, levando a uma excitação quase patológica. A instrução exagerada poderia corromper a natureza feminina e suas fibras moles, fluidas e delicadas, impedindo a menina de se tornar uma mulher perfeita, segundo Rohden (2004). Se a menina se entusiasmava pelo estudo, sobraria pouca energia em seu corpo para ser investida no amadurecimento de seus órgãos reprodutores, colocando em risco sua futura função maternal.

Com isso, todas as energias que deveriam servir para o amadurecimento da capacidade reprodutiva eram direcionadas para o cérebro. Como resultado, as jovens que se dedicavam aos estudos jamais chegariam a se tornar mulheres capazes de procriar um bom número de filhos saudáveis. (ROHDEN, 2004, p.188).

A leitura introduz, segundo Certeau (2003), uma “arte” que não é passividade. Através de suas leituras, as mulheres alimentavam entre elas a conversa “ordinária”.

São práticas transformadoras ‘de situações de palavra’, de produções verbais onde o entrelaçamento das posições locutoras instaura um tecido oral sem proprietários individuais, as criações de uma comunicação que não pertence a ninguém. A conversa é um efeito provisório e coletivo de competências na arte de manipular ‘lugares comuns’ e jogar com o inevitável dos acontecimentos para torná-los habitáveis. (CERTEAU, 2003, p.50)

Os jornais do século XIX eram divididos por temas correspondentes ao sexo de seus leitores. A leitura feminina levou ao crescimento da indústria de revistas, folhetins e manuais de moda, textos sempre tão desprezados e criticados pelos intelectuais. “E foi também dentro deste universo que a voz da mulher começa a se fazer ouvir com frequência, seja na crônica, romances-folhetins ou textos polêmicos” (COELHO, 2002, p.96).

Apesar da crença no fato de que as mulheres tinham tempo de sobra para se dedicarem à leitura, a imagem idealizada da boa dona-de-casa era incompatível com a leitura, esclarece Lyons (2002), em estudo sobre a história da leitura. “Os afazeres domésticos vinham em primeiro lugar e, admitir que lia, equivaleria a confessar que estava negligenciando suas responsabilidades familiares de mulher” (p.174). Aliás, para a autora, um dos motivos do sucesso das histórias em fascículos pode ter sido a possibilidade de a mulher planejar melhor sua leitura que era feita nos intervalos entre os trabalhos domésticos.

Porém, os escritores do século XIX viam as mulheres como um grupo de consumidores que não podia ser ignorado, desrespeitado e muito menos menosprezado. Bons romances, boas tramas, tinham consumo garantido; davam retorno financeiro e não exigiam um grande trabalho de convencimento.

Escrever para mulheres tinha basicamente duas intenções: lazer e educação, finalidades que afastam os textos dos pré-requisitos da boa qualidade. “Para leitoras, escreve-se não muito a sério ou não muito aplicadamente porque se sabe não correr o risco do julgamento mais exigente – o julgamento que só seria capaz o público

masculino” (WERNECK, 1985, p.11). O público feminino foi então, na compreensão de alguns estudiosos, responsabilizado pela qualidade inferior da ficção brasileira num período decisivo de sua formação.

Responsabilidade hoje questionada. Ao elaborar seu leitor ideal, o autor está “não apenas levando em conta a existência efetiva de um público leitor, mas também configurando o tipo de relação que espera que esse público mantenha com sua obra”, explica Boechat (2002, p.267). Para a autora, foram os romancistas os maiores responsáveis pelo que chama de “invenção” da leitora romântica. A leitora feminina teria sido alvo de uma constante doutrinação de autores e pedagogos sobre a escolha de suas leituras.

Empenhado em um projeto nacionalista tido como conservador e ingênuo e comprometido com a inserção da arte no mercado consumidor, o romance brasileiro se teria curvado, por um lado, às necessidades de divertimento e evasão de seu público eminentemente feminino e, por outro, a um necessário empenho didático, conservador e moralizante, a bem da família e da nação. (BOECHAT, 2002, p.268)

Ao compor romances, “textos para mulheres”, os escritores se viam “obrigados” a deixar de lado o rigor e a qualidade literária, visto que não era esta a expectativa feminina, argumento utilizado para justificar a “baixa” qualidade dos romances. Mas a leitura feminina do século XIX permaneceu atrelada à “futilidade” não só porque as mulheres eram “incapazes” de aprofundar em outros assuntos. Era esse “tema” que recebia investimentos por parte de autores e editores, que seguiam a expectativa que se tinha em relação a elas. A instituição social determinava que a relação das mulheres com o texto fosse simplista e simplória. Porém, segundo Certeau (2003), a ficção não traz “tesouros” escondidos em suas palavras. As palavras funcionam como instrumentos da relação de forças. “A autonomia do leitor depende de uma transformação das relações sociais que sobre-determinam a sua relação com os textos” (Certeau, 2003, p.268). E foi isto o que aconteceu.

As mulheres não eram depósitos passivos das letras. O livro é uma construção do leitor, sendo que este inventa nos textos outra coisa que não aquilo que era intenção do autor. “Toda leitura difere de outra menos pelo texto que pela maneira que é lida e [...] um sistema de signos verbais e icônicos é uma reserva de formas que esperam do leitor o seu sentido” (CERTEAU, 2003, p.265).

Para que a mulher tivesse direito à leitura, de optar pelo o que quisesse ler e em que momento fazê-lo, precisou “lutar” e isto só foi possível em função de mudanças sociais. A exigência de dar às mulheres os mesmos direitos e deveres que tinham os homens não teria se efetivado sem que houvesse uma demanda neste sentido. Qualquer direito é histórico e nasce de determinadas circunstâncias, “caracterizadas por lutas em defesa de novas liberdades contra velhos poderes e nascidos de modo gradual, não todos de uma vez e nem de uma vez por todas” (BOBBIO, 2004, p.25).

## **A ESCRITA FEMININA**

Inicialmente as mulheres liam o que se escrevia sobre elas. Não liam o que elas próprias escreviam sobre si, pois o seu processo de escrita ficava restrito ao privado. Elas escreviam

diários que perdiam o sentido depois do casamento, pois, a partir daí, não mais se podia pensar em segredo – que se sabe, em se tratando de mulher casada, só podia ser bandalheira. Ficavam sim com o caderno do dia-a-dia onde, em meio a receitas e gastos domésticos, ousavam escrever uma lembrança ou idéia (TELLES, 2004, p.409).

Além dos folhetins com histórias de amor, às mulheres eram dedicadas à imprensa educacional e feminina que, a partir do final do século XIX, significou uma maneira de veicular suas idéias e costumes no Brasil, através de textos escritos por homens ou por mulheres, a maioria reforçando suas “qualidades morais”.

Porém, o acesso mais fácil à instrução, aliado ao crescimento das cidades, levou algumas delas a transgredir as regras e publicar seus textos revelando tanto sua submissão aos padrões culturais quanto sua recusa. “A conquista do território da escrita pelas mulheres foi longa e difícil, assim como o foi romper as paredes da casa-prisão e da prisão-textual que as confinava, as dificuldades com a linguagem” (TELLES, 2004, p.328).

A partir de 1850, várias mulheres fundaram jornais para serem lidos por mulheres, a maioria reproduzindo valores da sociedade patriarcal, mas havia também, em menor número e penetração, aqueles que denunciavam as condições em que elas viviam.

Era exaustivo e, muitas vezes aniquilador, conforme Telles (2004), para as mulheres que eram criadas para serem mulheres, adentrar no universo dos homens.

Afinal foram treinadas para reprimir suas próprias vontades em função do outro. Além do mais, os livros de moral e tratados sobre as mulheres aumentavam-lhes a carga de culpa, ao transmitirem a idéia de que aquelas que se dedicavam às letras eram egoístas e estavam desviando-se de sua gloriosa função de filha, esposa e mãe. Esse fato ajuda a explicar porque muitas delas utilizavam pseudônimos, nos séculos XVII e XVIII e talvez ainda no século XIX, ou então destinavam suas produções para públicos restritos, próximos e cúmplices de suas idéias.

Não podemos nos esquecer que as figuras do “imaginário feminino” habitavam as mentes de uns e de outras; o código é compartilhado pelos dois sexos. Chartier (1995, p.38 e 39) argumenta que “razões significativas - sociais, éticas e jurídicas - explicam porque as mulheres que enveredaram pela escrita se conformaram a convenções e usos mais conformes com sua posição marginal e dominada, do que às normas de edição para o mercado”. Para o autor, não podemos nos contentar em marcar uma especificidade para a diferença entre a escrita masculina e a feminina da época. Sua razão pode ser encontrada no fato de os dois sexos compartilharem o mesmo código de comportamento.

Duarte (1999) fez um levantamento histórico sobre a contribuição da mulher na construção de uma imprensa feminina, desde a publicação, em Recife em 1850, daqueles que acredita terem sido os primeiros jornais dirigidos ao público feminino no Brasil, **A Esmeralda** e **O Jasmim**, até a década de 1990. Uma das principais características deste tipo de imprensa, desde seu surgimento, foi ser um agente difusor do papel moral e estético da mulher. Do século XIX para cá, surgiram e desapareceram centenas de publicações do gênero de norte a sul do país sendo que, por volta da década de 1930, os periódicos específicos para mulheres ganharam um novo concorrente. “As redações dos grandes jornais começaram a aceitar publicações femininas sem maiores dificuldades, sendo que escritoras como, por exemplo, Rachel de Queiroz e Clarice Lispector, iniciaram desta forma sua carreira literária” (DUARTE, 1999, p.430).

A autora diz ainda que a partir da década de 1950, a maioria dos grandes jornais adotou um suplemento feminino, “que pretendia claramente influenciar o comportamento das leitoras e, ao mesmo tempo, dar a elas os limites que julgavam necessários ao sexo” (DUARTE, 1999, p.430). O conceito de educação feminina proposto pelas próprias mulheres escritoras, que surgiram na época, colaboraram na delimitação do papel da mulher.

De lá para cá, a realidade das mulheres mudou. Sem dúvida, ocorreu uma evolução no papel da mulher, mas a escrita especificamente voltada para o público feminino permanece qualificada como inferior à masculina; ou ainda, quando se escreve para o público em geral, como é o caso dos grandes jornais impressos, escreve-se pensando principalmente na leitura que os homens farão dos acontecimentos, privilegiando a posição deles como dominantes. É fácil perceber essa tendência folheando os grandes jornais nacionais e internacionais: a maioria das fotografias estampa um homem, em editorias como política e economia. Retratos de mulheres aparecem, mais facilmente, nas editorias de cultura e educação.

Quanto à autoria dos textos, pesquisas demonstram o peso do nome que os assina. Segundo Schienbirger (2001), diversos estudos clássicos de “o que há num nome” revelam que a cultura acadêmica valoriza o trabalho dos homens acima do das mulheres. Ao estudar respostas de leitores a nomes, psicólogos<sup>1</sup> mostraram que, ainda que o conteúdo seja o mesmo, leitores de ambos os sexos preferem artigos de autoria de homens.

Para Teberosky (1998, p.86), a escrita feminina tem as seguintes funções na prática cotidiana: registrar a memória, ordenar e arquivar dados, se comunicar com os outros e exprimir a perspectiva pessoal, em direção ao mundo, para atuar sobre ele.

A capacidade de escrever não tem os mesmos compromissos sociais que o acesso à leitura. [...] As tipologias dos escritos cotidianos propostas por alguns pesquisadores enumeram basicamente correspondência epistolar, crônicas familiares, diários íntimos, receitas de cozinha, listas domésticos, escritos burocráticos, muitos deles realizados fundamentalmente por mulheres. (TEBEROSKY, 1998, p.86)

No cotidiano doméstico feminino a maioria das entrevistadas por pesquisadores franceses<sup>2</sup> realiza basicamente a escrita de listas, a contabilidade mínima, a memória dos acontecimentos da família. Algumas vezes a mulher também escreve algum diário ou se encarrega da correspondência. “Trata-se de uma escrita para refrescar a memória,

---

<sup>1</sup> Paludi, M.; Bauer, W. **Goldberg revisited**: what’s in an author’s name. *Sex Roles*, 9, 1993, *apud* Schienbirger (2001, p.106).

<sup>2</sup> ALBERT, J. P. **Façons d’écrire**. *Approches anthropologiques de l’écriture ordinaire*. In: Poulin, M. (Org.) **Lire en France aujourd’hui**. Paris, Éditions du Cercle de la Librairie, 1993; e LAHIRE, B. *Pratiques d’écriture et sens pratique*. In: Chandron, M. & De Singly, F. (orgs.) **Identité, lecture, écriture**. Paris, Centre Georges Pompidou, 1993. Ambos foram citados por Teberosky (1998)

que eventualmente pode produzir um efeito de instalação da ordem. Trata-se de uma escrita que não incorpora a leitura no processo” (TEBEROSKY, p. 86-87).

Em relação à escrita cotidiana dos homens, a autora verificou que ele se ocupa, principalmente, dos registros administrativos. São os homens, por exemplo, que preenchem os formulários de impostos e atualizam os arquivos administrativos.

Ao contrário dos escritos domésticos da mulher, trata-se de uma escrita com uma forte dimensão de desempenho: alcança-se ou não um resultado por meio da escrita. [...] Em ambos os casos (masculino e feminino), trata-se de uma escrita ligada a situações práticas da vida, que assume funções mnemotécnicas, de arquivo ou de desempenho. Essas funções são realizadas no contexto temporal do não-habitual; trata-se de escrever para memorizar ou arquivar algo extraordinário, pouco habitual ou excepcional, com ações complexas que devem ser planejadas, ações distantes no tempo, oficiais e obrigatórias. (TEBEROSKY, 1998, p.87)

Sendo o jornal uma instituição inscrita na esfera do público, restará à mulher apenas a escrita cotidiana na esfera do privado? É fato que até meados do século passado, antes dos movimentos feministas dos anos 1960-70, às mulheres era proibitivo participar do processo de produção da escrita assim como exercer pressão sobre quem escrevia. Desde o “estouro” dos romances modernos, elas conquistaram uma relação direta com o mundo da produção literária e jornalística, como consumidoras, mas não dispunham de meios para intervir neles e sobre eles.

Mas para quê esse desejo de palavra pública? A palavra como significante do mundo não apenas designa as coisas, mas é capaz de transformá-las. “Não é no silêncio que os homens se fazem, mas na palavra, no trabalho, na auto-reflexão”. (Freire, 2005, p.90). Para Perrot (2005), a palavra é símbolo do poder e forma o acesso à esfera pública. Apropriar-se do discurso é dominá-lo, apropriar-se do mundo. A autora explica que o silêncio é o comum das mulheres, ele “[...] convém à sua posição secundária e subordinada, [...] imposto pela ordem simbólica, não é somente o silêncio da fala, mas também o da expressão gestual e escrituraria” (PERROT, 2005, p.9 e 10). Por outro lado, nem tudo o que se compõe à cultura do silêncio é pura reprodução ideológica da cultura dominante. “Nela há também algo próprio dos oprimidos em que se amuralham para defender-se, preservar-se, sobreviver” (FREIRE, 1976, p.70).

Permanecer em silêncio revela também uma forma de resistência. Para Orlandi (1995), o silêncio, nesse sentido, não fala, significa. A autora faz uma distinção entre dois tipos de silêncio: o *fundador*, aquele que existe naturalmente nas palavras, que

significa o não-dito. Remete à idéia de que, com ou sem palavras, a mulher, como qualquer outro, diz muito diante do mundo. O outro seria o silêncio em sua *dimensão política*, no qual a mulher, ao não se expressar, estaria também marcando uma posição de protesto. A autora subdivide a política do silêncio em: silêncio *constitutivo*, o que nos indica que para transmitir uma mensagem é preciso muitas vezes não-dizer nada; e o silêncio *local*, que se refere à censura propriamente, aquilo que é proibido dizer numa certa conjuntura. “O silêncio pode ser considerado tanto como parte da retórica da dominação - a da opressão - como de sua contrapartida, a retórica do oprimido - a da resistência” (ORLANDI, 1995, p.31). O silenciamento aparece, então, como sua dimensão política, mas é preciso ir além dessa perspectiva.

A autora nos explica que escrever no âmbito do privado é manter uma relação particular com o silêncio e “permite o distanciamento da vida cotidiana, a suspensão dos acontecimentos. [...] permite que se signifique em silêncio” (ORLANDI, 1995, p.86). Estaria a mulher ainda tão vinculada ao privado que não tem conseguido se distanciar deste cotidiano? Estariam as idéias dominantes, no fundo, tão cristalizadas que a impede de sustentar outro discurso, no âmbito do público, que não o de oprimida, mantendo-a em silêncio? Na busca de tentar entender este comportamento por parte das mulheres, realizamos uma pesquisa com 172 leitoras do jornal **Estado de Minas**.

## **A LEITORA E SUA INTERAÇÃO COM OS JORNAIS**

O **Estado de Minas** tem tiragem média diária de 75 mil exemplares, durante os dias de semana, e 120 mil aos domingos, sendo o maior jornal em circulação em Minas Gerais. O Instituto de Verificação de Circulação – IVC<sup>3</sup> registra atualmente o total de 68.180 assinantes, sendo 18% pessoa jurídica e 82% pessoa física; destes 30% são mulheres e 70% homens. Pesquisa realizada pelo Instituto Ipsos Marplan (2006) detectou que 48% dos leitores do jornal são homens e 52% mulheres, considerando a leitura compartilhada dos jornais vendidos avulso, em banca, e assinaturas.

Entre os dias de 01/08/06 e 28/10/06, aplicamos uma pesquisa por telefone a 172 leitoras do jornal, amostra que estima estatisticamente um erro de 5%. A seleção dos números de telefone, feita aleatoriamente, foi retirada da carteira de assinantes da

---

<sup>3</sup> O IVC realiza a divulgação de informações e auditorias de mais de 400 publicações brasileiras - jornais e revistas - filiadas ao Instituto. Congrega cerca de 400 publicações, entre jornais e revistas que circulam no Brasil, e tem o objetivo de distribuir informações sobre dados de Circulação fornecidos pelas publicações, bem como verificar, por meio de auditoria, a circulação líquida de cada uma.

empresa. O objetivo era conhecer o interesse das leitoras em participar da construção da informação jornalística através do envio de correspondências, via e.mail, correio ou fax ao jornal, partindo da idéia defendida tanto para Braga (2002) quanto para Mouillaud (2002), para quem as cartas dos leitores são o elemento de maior interatividade nos jornais. A carta aparece entre os gêneros jornalísticos opinativos e deve ser analisada como uma manifestação reivindicatória, cultural ou emocional do leitor. É onde ele fala *com* o jornal, *no* jornal e *sobre* o jornal.

Detectamos que 94,2% das leitoras entrevistadas nunca enviaram uma correspondência ao **Estado de Minas**<sup>4</sup>. A justificativa mais utilizada foi a falta de interesse, de motivo, de vontade e de necessidade, totalizando 61% das respostas. Em segundo lugar, com 14%, vem a falta de tempo, o que demonstra certo desejo, necessidade, interesse e motivo para fazê-lo. Outras 8% já deixaram este desejo mais evidente, mas dizem que sempre há um impedimento: “acabo esquecendo”, “tenho vontade, mas falta tempo”, “já quis, mas tive dificuldade para enviar”, “tenho algumas opiniões que gostaria de relatar, mas falta tempo”, “já tive vontade, mas não me lembro porque não enviei”, “talvez por que eu tenha a carga horária apertada”, “faltou empenho para mandar”. Neste contexto, o silêncio feminino se caracteriza, então, principalmente pela falta.

Entre as 172 entrevistadas, apenas oito, 4,7%, já enviaram uma carta à redação, na tentativa de “corrigir um erro de informação”, como forma de protesto sobre a forma como o jornal se dirigiu a um jogador de vôlei, para fazer considerações sobre a alta de segurança no país, para “ver se a maioria das correspondências é respondida”; porque o **Estado de Minas** “é um veículo de informação que sempre nos atende”. Uma leitora enviou um poema, outra comentou sobre as conseqüências da Copa do Mundo cair no mesmo ano que as eleições, outra quis “compartilhar um apoio”.

Fizemos também uma comparação entre o número de cartas femininas e masculinas publicadas, durante 30 dias consecutivos, na seção *Cartas à Redação*, sob a responsabilidade da editoria de Opinião. No **Estado de Minas**, no período de 25/07/06 a 23/08/06, das 173 cartas recebidas, 141 foram assinadas por homens e 32 por mulheres. Percebemos também, nesse mesmo período, uma baixa representação da

---

<sup>4</sup> Estes são os resultados preliminares da pesquisa de mestrado de Patrícia Espírito Santo, ainda em andamento, que objetiva identificar o que as mulheres procuram ao se deparar diariamente com páginas dos jornais, com que objetivos elas os lêem e se o que lêem interfere em seu crescimento pessoal e participação social. Além de distinguir as razões de sua “falta de interesse” em interagir-se com os jornais e intervir na construção da informação.

opinião feminina, tanto nos jornais concorrentes locais como nacionais. O **Hoje em dia** publicou 89 cartas assinadas por homens e 16 por mulheres e **O Tempo**, 151 de homens e 42 de mulheres. A **Folha de São Paulo**, 204 cartas masculinas e 37 femininas; **O Globo**, 512 cartas de homens e 148 de mulheres, o **Estado de São Paulo**, 261 cartas de homens e 41 de mulheres e o **Correio Brasiliense**, 135 e 29. Em média, para cada nove cartas publicadas, apenas uma é assinada por mulher.

Podemos concluir pela análise das entrevistas que elas não demonstram muito “interesse” em contribuir na construção da informação, emitindo e divulgando ao grande público seus pontos de vista sobre os fatos e acontecimentos que acompanham nos jornais, sobre os temas ou a forma como a imprensa aborda assuntos de toda ordem. Mulheres pouco enviam cartas aos jornais; com isto, eles pouco publicam suas palavras.

Porém, percebemos haver por parte dos jornais certa falta de interesse em abordar e interpretar os anseios e as mensagens subliminares contidas nas cartas de seus leitores. Certamente, elas não estão sendo devidamente interpretadas pelas empresas como indicadores importantes para o processo de construção da notícia.

No fundo, a “não-participação” feminina decorre também, e talvez muito mais, de questões coletivas. Os jornais dizem ter interesse no que elas escrevem, mas o fato de receberem poucas correspondências tira-lhes a responsabilidade sobre a baixa representação feminina. Por outro lado, também não se interessam em investir na participação de quase a metade de seu público leitor. Não podemos nos esquecer que as mulheres, enquanto grupo em posição de desigualdade social, não têm as mesmas condições de acesso aos canais de poder que os homens, devido aos limites impostos pelo seu papel. Razões significativas, principalmente de cunho social, explicam porque elas, quando escrevem, tendem a se conformar muito mais à sua posição marginal e inferior, que às normas de edição que regem o mercado. A barreira não está na edição, mas precede, e muito, a ela.

Os próprios movimentos de libertação da mulher comprovam que a manifestação pública de sua condição surtiu mais efeitos que o “silêncio”, tanto em sua dimensão *política* quanto *fundadora*. Qualquer indivíduo, ao começar a escrever livremente, deixa de copiar palavras e passa a expressar juízos; ao dar forma escrita às suas experiências, assume a consciência de que é testemunha e autor de uma história, a sua própria história. Falar é marcar posição, é definir terreno, afirmar-se diante do meio. Pena que as mulheres ainda não tenham investido em mostrar sua palavra – e juízos – nas linhas dos grandes jornais do país.

## REFERÊNCIAS

- BOBBIO, Norberto. **A era dos direitos**. Rio de Janeiro: Elsevier/Campos, 2004.
- BOECHAT, Maria Cecília. A invenção da leitora romântica. In: DUARTE, Constancia Lima. ASSIS, Eduardo de. BEZERRA, Kátia da Costa (Orgs.). **Gênero e representação na literatura brasileira**: ensaios. Belo Horizonte: Programa de Pós-graduação em Letras da UFMG/Estudos Literários, 2002.
- CERTEAU, Michel. **A invenção do cotidiano**. 9. ed. Petrópolis: Vozes, 2003. v.1 Artes de fazer.
- CHARTIER, Roger. As práticas da leitura. In: **História da vida privada**. Org. Roger Chartier. São Paulo: Cia. das Letras, 1991. Vol. 3 – Da Renascença ao século das luzes.
- CHARTIER, Roger. Diferenças entre os sexos e dominação simbólica (nota crítica). **Cadernos Pagu**, Campinas/SP, n.4, pp.37-47, 1994.
- COELHO, Nelly Novaes. A literatura feminina no Brasil. In: DUARTE, Constância Lima; ASSIS, Eduardo de; BEZERRA, Kátia da Costa (Orgs.). **Gênero e representação na literatura brasileira**: ensaios. Belo Horizonte: Programa de Pós-graduação em Letras da UFMG. Estudos Literários, 2002.
- DUARTE, Constância Lima. Jornalismo: a mulher e o jornalismo – contribuição para uma história da imprensa feminista. In: AUAD, Sylvia M. von A. Venturoli (Org.). **Mulher**: Cinco séculos de desenvolvimento na América – Capítulo Brasil. Belo Horizonte: O Lutador, 1999.
- DUMONT, Lígia Maria Moreira. **O imaginário feminino e a opção pela leitura de romances em série**. Rio de Janeiro: Escola de Comunicação da UFRJ/Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia, 1998. (Tese-Doutorado).
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005.
- GOMES, Ana Cláudia. **O Almanache das Senhoras (1871-1927) e um projeto político de acesso feminino à cultura letrada**. Belo Horizonte: Programa de pós-graduação em História da UFMG, 2002.
- IPSOS MARPLAN XLVIII. Consolidado 2006 <[www.ipsos-marplan.com.br](http://www.ipsos-marplan.com.br)>
- HABERMAS, Jürgen. **Mudança estrutural da esfera pública**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984.
- HELLER, Bárbara. Vossas filhas sabem ler? In: DUARTE, Constancia Lima. ASSIS, Eduardo de; BEZERRA, Kátia da Costa (Orgs.). **Gênero e representação na literatura brasileira**: ensaios. Belo Horizonte: Programa de Pós-graduação em Letras da UFMG/Estudos Literários, 2002.
- HOLLANDA, Heloisa Buarque. Os estudos sobre mulher e literatura no Brasil. In: Costa, Albertina de O; Bruschini, Cristina. **Uma questão de gênero**. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1992.

LYONS, Marlyn. Os novos leitores no século XIX: mulheres, crianças, operários. In: CAVALLO, Guglielmo; CHARTIER, Roger (Orgs). **História da leitura no mundo ocidental**. São Paulo: Ática, 2002.

MOUILLAUD, Maurice. O nome do jornal. In: PORTO, Sergio Dayrell (Org.). **O jornal: da forma ao sentido**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2002.

MORAES, Maria Lygia Quartim. Cidadania no feminino. In: PINSKY, Jaime; PINSKY, Carla. História da cidadania. São Paulo: Contexto, 2003.

ORLANDI, Eni Puccinelli. **A linguagem e seu funcionamento**: as formas de discurso. 4. ed. Campinas, SP: Pontes, 1995.

PERROT, Michelle. **As mulheres ou os silêncios da história**. Bauru;SP: EDUSC, 2005.

ROHDEN, Fabíola. A obsessão da medicina com a questão da diferença entre os sexos. In: PISCITELLI, Adriana; GREGORI, Maria Filomena; CARRARA, Sérgio. **Sexualidade e saberes**: convenções e fronteiras. Rio de Janeiro: Garamond, 2004.

SCHIENBINGER, Londa. **O feminismo mudou a ciência?** Bauru;SP: EDUSC, 2001.

TEBEROSKY, Ana. O conhecimento cotidiano, escolar e científico no domínio da linguagem escrita. In: RODRIGO, Maria José; ARNAY, José (Orgs.). **Conhecimento cotidiano, escolar e científico**: representação e mudança. São Paulo: Ática, 1998. v.2.

TELLES, Norma. Escritoras, escritas, escrituras. In: PRIORI, Mary Del. **História das mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2004.

WERNECK, Maria Helena Vicente. **Mestre entre agulhas e amores**: a leitora do século XIX na literatura de machado e Alencar. Rio de Janeiro: Departamento de Letras da PUC do Rio de Janeiro, 1985. (Dissertação-Mestrado).